

Don't worry about it - X

ANC P2

A oportunidade perdida

25 AGO 1988

Guilherme Afif Domingos **JORNAL DE BRASÍLIA**

A Assembléia Nacional Constituinte, apesar de todas as distorções que marcaram a sua convocação, poderia representar uma oportunidade extraordinária para que o Brasil fosse "passado a limpo", isto é, sua estrutura institucional fosse reformulada, colocando o País no caminho da modernidade e no compasso da História.

Para que isso ocorresse, seria necessária uma Constituição sintética, que definisse princípios gerais e deixasse para a legislação complementar, e principalmente para os acordos entre as partes, os ajustes desses princípios à realidade de cada segmento.

Embora tenha ponto positivo, de modo geral o texto que resultou do primeiro turno de votação é casuístico e contraditório. Liberal nos direitos individuais e intervencionista e xenóforo no plano econômico. Generoso nos direitos sociais e perdulário com o dinheiro público.

A combinação de dispositivos centralizadores e promotores da ampliação do controle estatal da economia com a consagração da reserva de mercado acabou por aumentar significativamente o grau de ingerência do Estado na ordem econômica.

Na ordem social houve uma aparente ampliação dos benefícios aos trabalhadores, impossível de ser concretizada na prática porque, de um lado, a repercussão dos custos desses benefícios e, de outro, a realidade do País onde mais da metade da população economicamente ativa trabalha sem registro e à margem de qualquer proteção inviabilizam sua aplicação, além de evidenciarem o abismo que separa os pseudodefensores da classe trabalhadora da realidade que vive o País hoje.

O corporativismo, herança maldita do fascismo que orientou a formação do Estado Novo, longe de ser banido com a esperança da Nova República, acabou se solidificando no texto da nova Constituição.

A Nova República, que deveria trazer um grande projeto que colocasse o País alinhado com as nações de primeira grandeza do mundo, ao ser surpreendida pelo acidente histórico em seu limiar sepultou as perspectivas de transição e acabou representando o pior momento da vida brasileira, com sua tentativa desastrosa de conciliar os interesses dos que já viviam nas costas do Estado com os daqueles que se candidatavam a esse posto tão confortável. O resultado desse processo de "acomodação" pode ser sentido no bolso de todos os contribuintes brasileiros que sustentam uma máquina emperrada e ineficiente que cresce em progressão geométrica.

Hoje está mais difícil identificar situação e oposição porque o casuísmo impera absoluto, promovendo uma grande movimentação de políticos de uma legenda para outra ao sabor dos interesses individuais.

A ausência de um projeto nacional transformou a Assembléia Nacional Constituinte no palco ideal para a atuação das várias corporações que integram o Estado ou que sobrevivem ao seu redor. E em todos os capítulos da nova Carta os interesses corporativos acabaram por suplantam o interesse nacional criando o "queromeuismo", ou uma Nova República que pode muito bem ser chamada de "República do Quero o Meu".

O texto aprovado consagra o intervencionismo e a estatização, o nacionalismo vesgo, o corporativismo e o atraso. No momento em que o mundo par-

te para a liberalização e a internacionalização da economia, nós aprovamos uma Carta Magna que aponta na direção contrária e representa mais uma oportunidade perdida de colocar o Brasil no caminho do verdadeiro desenvolvimento, que deve se refletir também na qualidade de vida de todos os seus cidadãos.

Embora a velha expressão "pau que nasce torto não tem jeito, morre torto", sirva como uma luva para a nova Constituição, a atuação de alguns parlamentares permitiu a aprovação de uma emenda que garante revisão constitucional, com o mesmo quorum de maioria absoluta desta Constituinte, para 1993. Pessoalmente, considero que esse dispositivo deveria falar em revisão nos próximos cinco anos, e não daqui a cinco anos, para que o próximo Presidente, que será eleito por um colégio eleitoral de 80 milhões de eleitores, pudesse ter condições de trazer à luz um novo projeto que a Nova República ficou devendo ao povo brasileiro.

Mas surge, já este ano, a primeira possibilidade de iniciarmos a renovação dos quadros políticos desde a base, com as eleições municipais, promovendo uma luta para sintonizar o poder público com os anseios da Nação brasileira.

Que essa oportunidade seja agarrada com firmeza por todos os cidadãos de bem, cuja participação efetiva no processo político é fundamental para que extirpemos da vida pública os aventureiros e asseguremos uma mudança efetiva nos rumos da política brasileira.

□ Guilherme Afif Domingos é empresário e vice-líder do Partido Liberal (PL) na Câmara dos Deputados